

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****Objetivo**

Analisar a viabilidade técnica, jurídica, operacional e econômica da contratação pretendida, bem como identificar e consolidar os elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência, de forma a atender adequadamente às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC.

O objeto da contratação:

Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na administração, gerenciamento, emissão e operacionalização do auxílio-alimentação aos servidores municipais, por meio de cartão eletrônico/magnético com chip em solução apta a assegurar uso exclusivo para finalidade alimentar e com escolha individual da credenciada pelo beneficiário, em condições padronizadas, sem exclusividade, e com pagamento do valor dos créditos mensais apenas após comprovação da disponibilização.

Área requisitante da contratação

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

I – INFORMAÇÕES GERAIS**1.1. Equipe de Planejamento**

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Alex Monteiro da Rosa	Gerente	1980708	alex.rosa@itajai.sc.gov.br
Jonas Anselmo	Assessor 1	2701001	jonas.anselmo@itajai.sc.gov.br
Cristiane Aparecida da Silva	Agente em Atividades Administrativas	2392001	cristiane.nascimento@itajai.sc.gov.br





Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Nascimento			

Objeto	Credenciamento de pessoas jurídicas para administrar, gerenciar, emitir e operar auxílio-alimentação por cartão eletrônico / magnético com chip, com cargas mensais e fluxo de pagamento pós-disponibilização, destinado a servidores/empregados públicos do Município de Itajaí/SC.
Natureza	Serviço comum e de natureza continuada.
Procedimento pretendido	Chamada Pública para Credenciamento (procedimento auxiliar) – Lei 14.133/2021.
Critério de seleção/definição da contratada	Etapa 1: credenciamento (habilitação e requisitos técnicos mínimos) formando rol de aptas. Etapa 2: escolha individual dos beneficiários dentre as credenciadas aptas e operacionalmente homologadas, com contratação das credenciadas que vierem a ser escolhidas, observados os ciclos anuais de opção, reopção e migração previstos no Termo de Referência.
Unidade demandante/gestora	Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.
Unidade de TI apoiadora	Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação (SETEC) – responsável por desenvolver/operar a plataforma de seleção.
Prazo/vigência	12 meses iniciais, com possibilidade de prorrogações por se tratar de serviço contínuo,





	conforme legislação.
--	----------------------

1.2.1. Resumo (insumos)

- Cartão deve operar vedando função crédito, saque, PIX/TED/DOC, pagamento de boletos e qualquer transação sem saldo suficiente.
- Funcionalidades mínimas sem custo ao beneficiário: app/portal (saldo/extrato), bloqueio, rede com geolocalização, 2ª via, atendimento.
- Taxa de administração: definida como taxa máxima de 0%, condicionada à pesquisa de mercado (art. 23), vedadas práticas de taxa negativa/rebate.
- Rede mínima: 150 estabelecimentos ativos em Itajaí, além de presença regional (Vale do Itajaí), com categorias alimentares.
- Implantação: plano em até 10 dias, com cronograma, treinamento do RH, testes e rede inicial.
- Execução: disponibilização mensal dos créditos, seguida de ateste, liquidação e pagamento.
- SLAs: disponibilidade mínima de 98% ao mês; canais de atendimento e prazos para 2ª via e resposta ao RH.
- Relatórios mensais: cargas, estornos, atendimento, disponibilidade e histórico de rede credenciada.
- Credenciamento permanentemente aberto; Janela inicial de opção pelo servidor e janelas periódicas de reopção individual.
- Regras de isonomia e integridade no processo de seleção: vedação de campanha com canais institucionais, vedação absoluta de brindes; estandes informativos possíveis com condições isonômicas; vedação de captação de dados pessoais no local sem autorização.
- LGPD: tratamento estrito; comunicação de incidentes em 48h; vedação de uso de perfil de consumo; descarte/anonimização ao final.





- Sanções e descredenciamento: hipóteses específicas (uso de bandeira/crédito, brindes/indução, descumprimento de SLAs, redução de rede, violação LGPD).

1.3. Necessidade/problema e evidências

O Município de Itajaí necessita assegurar a operacionalização contínua e segura do auxílio-alimentação previsto na legislação municipal, garantindo a regularidade das cargas mensais, a rastreabilidade/auditabilidade das operações, a ampla aceitação em rede credenciada local e regional e a proteção de dados pessoais dos beneficiários.

A ausência de solução contratual adequada (ou a descontinuidade da solução vigente) pode acarretar: interrupção do benefício, impactos diretos ao servidor e à política de gestão de pessoas, aumento de demandas administrativas e judiciais, riscos de fraudes/desvio de finalidade e fragilidades de controle e fiscalização.

Evidências e dados mínimos para instrução (a anexar ao processo):

- Base legal municipal do benefício (lei/decreto/regulamento interno) e eventuais normativos correlatos.
- Histórico do contrato vigente/última contratação (prazo, fornecedor, principais indicadores de atendimento e rede credenciada).
- Quantitativo atual de beneficiários ativos e valor unitário do benefício (mês base), com memória de cálculo.
- Mapeamento mínimo de estabelecimentos e perfil territorial (por exemplo: regiões da cidade e principais polos de compra).

2. Objetivos da contratação

Objetivo geral:

Assegurar a operacionalização do auxílio-alimentação dos servidores/empregados públicos do Município de Itajaí/SC, por meio de solução de cartão eletrônico/magnético com chip, com controles efetivos de finalidade, disponibilidade, atendimento e capacidade de auditoria,





garantindo adequada rede credenciada.

Objetivos específicos:

- Assegurar execução contínua das cargas mensais, com prazos de crédito compatíveis com o ciclo de pagamento e repasse.
- Mitigar risco de desvio de finalidade do benefício, vedando operações típicas bancárias e definindo categorias mínimas de aceitação.
- Garantir rastreabilidade: relatórios, trilhas de auditoria (logs) e evidências mensais para fiscalização.
- Garantir atendimento efetivo ao beneficiário e ao RH (canais, prazos e resolutividade).
- Assegurar liberdade de escolha individual do beneficiário entre credenciadas aptas, com regras padronizadas de opção, permanência mínima, reopção e migração operacional.
- Garantir integridade do processo de opção individual e vedação de indução comercial indevida.
- Assegurar conformidade com LGPD no tratamento de dados pessoais.

3. Alinhamento com planejamento e governança

A contratação deve estar alinhada ao planejamento anual de contratações e às peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), com indicação da dotação do benefício e demonstração de disponibilidade orçamentária no processo.

Como o objeto envolve serviço continuado e fluxo recorrente de cargas mensais, recomenda-se vincular a gestão a rotinas de governança de contratações, incluindo designação formal de gestor e fiscal, calendário mensal de conferência e indicadores de desempenho.

Pendências típicas para alinhamento (registrar no processo): PCA/Planejamento Anual (se houver), dotação, empenho, cronograma de implantação e matriz de riscos.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos funcionais e de negócio (benefício e usuário)





- Operação do benefício por cartão eletrônico/magnético com chip e mecanismos de segurança, com recargas mensais sob demanda.
- Uso exclusivo para finalidade alimentar em rede credenciada compatível (supermercados, mercados, padarias, açougues, hortifrutis e similares).
- Disponibilização de app/porta! para consulta de saldo/extrato, bloqueio/desbloqueio e consulta à rede credenciada (geolocalização).
- Atendimento ao beneficiário por canal telefônico gratuito e canais digitais; emissão de segunda via em prazo definido.

4.2. Requisitos de conformidade e integridade (isonomia, anticorrupção e conduta)

- Regras de comunicação isonômica durante o processo de seleção: vedação de uso de canais institucionais sem autorização e padronização de material informativo.
- Vedação absoluta de brindes, cupons, vantagens ou itens promocionais aos beneficiários.
- Vedação ao uso de dados funcionais para marketing.
- Permissão apenas para fichas técnicas padronizadas das credenciadas, em ambiente institucional neutro.
- Se houver estandes informativos em espaço público municipal, garantir igualdade de condições e vedar captação de dados pessoais no local sem autorização expressa e motivada.
- Cláusulas de integridade e responsabilização por tentativas de indução de seleção ou vantagem indevida.

4.3. Requisitos técnicos essenciais

Admite-se arranjo aberto ou fechado, desde que sejam assegurados, de forma efetiva e comprovável, mecanismos de restrição do uso à finalidade alimentar, por MCC, categorias de estabelecimento e/ou parametrização tecnológica





equivalente, com vedação de saque, crédito, parcelamento, transferências (inclusive PIX, TED e DOC), pagamento de boletos e quaisquer funcionalidades que permitam desvio de finalidade ou conversão do benefício em numerário.

- A contratada deverá demonstrar tecnicamente, por documentação, manuais, parametrizações, relatórios e evidências operacionais, que a solução adota controles suficientes de finalidade e auditabilidade, sujeitando-se à diligência e à validação pela Administração.
- Deverão ainda ser observados disponibilidade mínima da solução, prazos de crédito após o repasse, trilhas de auditoria e registros aptos a subsidiar a fiscalização contratual.

4.4. Requisitos de dados e segurança (LGPD)

A execução envolve tratamento de dados pessoais de beneficiários (cadastro, identificação, logs de acesso/solicitações, atendimento). Portanto, devem constar no TR e no contrato, no mínimo:

- Definição de papéis (controlador/operador), finalidades, base legal e minimização de dados.
- Requisitos de segurança da informação: autenticação forte, controle de acesso, criptografia em trânsito e em repouso (quando aplicável), logs de auditoria e retenção.
- Notificação de incidentes e reclamações relevantes ao Município em até 48h da ciência e plano de resposta a incidentes.
- Vedação de compartilhamento/uso de dados e especialmente de perfil de consumo para vantagem econômica.
- Política de retenção, eliminação/anonimização ao término, com comprovação (quando cabível).

4.5. Requisitos de desempenho e rede credenciada

- Rede mínima de 150 estabelecimentos ativos em Itajaí, com comprovação por planilha contendo dados essenciais (nome, CNPJ, endereço, categoria).





- Abrangência regional em municípios do Vale do Itajaí (conforme definição adotada no TR).
- Mecanismo de diligência amostral para validação de aceite e operacionalidade.

4.5.1 Justificativa da rede mínima local e da abrangência regional

A exigência de **rede mínima de 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos ativos no Município de Itajaí**, cumulada com **presença regional no Vale do Itajaí**, não constitui restrição arbitrária à competitividade, nem inovação desconectada da realidade administrativa local. Trata-se de parâmetro fixado com base em critério de **continuidade, adequação e preservação do padrão material de fruição do benefício atualmente assegurado aos servidores e empregados públicos**, tendo em vista que o contrato vigente já opera com esse referencial de cobertura.

A Administração buscou, com isso, evitar dois resultados igualmente indesejáveis. De um lado, a fixação de quantitativo inferior poderia permitir a habilitação de credenciada com rede substancialmente menor que a atualmente disponibilizada, acarretando **redução prática do benefício**, diminuição das possibilidades de uso pelos beneficiários e potencial comprometimento da finalidade pública da contratação. De outro lado, a fixação de quantitativo superior, sem base empírica local suficiente, poderia importar em exigência excessiva, com risco de **restrição indevida da competitividade** e de inviabilização da participação de empresas aptas a operar no mercado de Itajaí.

Nesse contexto, o quantitativo de 150 estabelecimentos foi adotado como **ponto de equilíbrio juridicamente justificável e administrativamente prudente**, por representar a manutenção do padrão atualmente praticado, sem retrocesso para os beneficiários e sem elevação artificial do nível de exigência.





A medida preserva a **segurança jurídica**, a **razoabilidade**, a **proporcionalidade** e a **competitividade**, na medida em que não reduz a cobertura hoje existente nem impõe ônus superior ao necessário para o atendimento adequado da necessidade pública.

A exigência de **abrangência regional no Vale do Itajaí** possui a mesma lógica de adequação material, considerando que a utilização do auxílio-alimentação não se limita estritamente ao território do local de trabalho, mas se relaciona à dinâmica cotidiana de deslocamento, residência, circulação urbana e acesso efetivo dos beneficiários a estabelecimentos alimentícios em municípios próximos. Assim, a presença regional funciona como complemento de utilidade prática da solução, reforçando a efetividade do benefício e reduzindo risco de aceitação insuficiente em situações ordinárias de uso.

Ressalte-se que a exigência não será aferida de modo meramente formal. A comprovação deverá ocorrer por **planilha nominal de estabelecimentos**, com indicação mínima de nome empresarial ou fantasia, CNPJ, endereço e categoria, admitindo-se **diligência administrativa** para verificação amostral da efetiva atividade, do aceite e da operacionalidade da rede informada. Desse modo, busca-se assegurar que a rede apresentada seja real, utilizável e compatível com a finalidade do benefício, e não apenas quantitativamente declarada.

Por fim, a manutenção do patamar atualmente praticado também se justifica sob a ótica da **continuidade administrativa** e da **transição segura do contrato**, pois reduz o risco de desorganização operacional, aumento de reclamações, perda de capilaridade da rede e necessidade de medidas corretivas imediatas logo no início da nova contratação. Em síntese, o requisito foi definido em patamar **necessário, proporcional e aderente à realidade local**, apto a resguardar simultaneamente o interesse público, a experiência dos beneficiários e a viabilidade competitiva do procedimento.





5. Levantamento de mercado e alternativas (mínimo 3)

Foram consideradas alternativas típicas para operacionalização de auxílio-alimentação em municípios, observando as características do objeto (rede credenciada, rotinas mensais, atendimento e controles) e a estratégia de seleção.

5.1. Alternativa A – Licitação (pregão) para contratação de única operadora

Descrição: realização de licitação para escolher uma única empresa operadora, com julgamento por menor preço/menor desconto ou critérios equivalentes, prevendo requisitos de rede, atendimento e relatórios.

Prós:

- Modelo conhecido e amplamente aplicado para seleção de um único fornecedor.
- Governança mais simples (um contrato e um fluxo operacional).

Contras e riscos:

- Risco de disputa baseada em precificação inadequada (incluindo ofertas artificiais), com compensação por outras receitas indiretas, exigindo fiscalização robusta.
- Tendência de impugnações quando requisitos de rede e funcionalidades não estiverem adequadamente motivados.
- Pode reduzir a percepção de protagonismo do beneficiário na escolha da rede/serviço.

5.2. Alternativa B – Credenciamento (art. 79, II) com seleção individual pelo beneficiário

Descrição: credenciar múltiplas operadoras aptas; cada beneficiário escolhe a operadora de sua preferência (por exemplo, em janelas periódicas), coexistindo mais de uma contratada.

Prós:





- Alinha-se diretamente à hipótese de seleção a critério de terceiros (beneficiário) e incentiva concorrência por qualidade de rede e atendimento.
- Reduz risco de direcionamento e fortalece foco no usuário (servidor).

Contras e riscos:

- Maior complexidade operacional (gestão de múltiplos contratos/operadoras e divisão de demanda).
- Exige maior capacidade de integração de dados e rotinas de RH para múltiplos arquivos/fluxos.

5.3. Alternativa C – Credenciamento (art. 79, II) com seleção por consulta/votação do beneficiário (operadora única por ciclo)

Descrição: O Município realizará credenciamento permanente para formação de rol de empresas aptas (cumprimento de habilitação e requisitos mínimos). Concluída essa etapa, será realizada consulta/votação dos beneficiários, com regras de integridade e auditabilidade, para definição de uma operadora única por ciclo de vigência.

Registra-se que o credenciamento, no presente desenho, é utilizado como procedimento auxiliar para formação de rol de aptas, com posterior contratação exclusiva por ciclo de vigência por decisão de conveniência e oportunidade administrativa, orientada por consulta aos beneficiários. A consulta não constitui critério licitatório, mas mecanismo de aferição de preferência do usuário final, com regras de isonomia, integridade e auditabilidade.

A votação não constitui 'critério de julgamento licitatório', mas instrumento de participação do usuário final para seleção a critério de terceiros dentro de um rol previamente habilitado e tecnicamente apto.





Prós:

- Mantém governança operacional simples (um contrato) e incorpora participação dos beneficiários na escolha.
- Pode incentivar empresas a apresentarem rede e atendimento aderentes às necessidades locais.

Contras e pontos sensíveis:

- Ajuste fino de isonomia e integridade do pleito é crítico para evitar contestações (campanhas, brindes, captação de dados, indução de voto).
- Ponto jurídico sensível: o credenciamento, em regra, pressupõe contratação de todos os credenciados quando a Administração contrata; a compatibilização do modelo de 'vencedor único por voto' com as hipóteses legais do credenciamento deve ser validada pela assessoria jurídica e controle interno.

5.4. Conclusão do levantamento e alternativa recomendada

Com base na intenção de incorporar escolha pelos beneficiários, recomenda-se a solução B (credenciamento com seleção individual pelo servidor) como a melhor aderente ao desenho proposto, desde que sejam reforçadas salvaguardas de isonomia, transparência, integridade e LGPD, e que a opção seja juridicamente validada.





6. Justificativa da solução escolhida

A solução escolhida consiste no credenciamento de empresas especializadas na administração e gerenciamento de auxílio-alimentação, em condições padronizadas, com possibilidade de contratação de todas as interessadas que atenderem aos requisitos estabelecidos, cabendo ao beneficiário direto a escolha individual da credenciada por meio da qual receberá o benefício.

A modelagem adotada mostra-se mais aderente ao regime do credenciamento previsto no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, pois preserva a lógica de seleção do contratado a critério do beneficiário, sem exclusão das demais empresas aptas e sem conversão da manifestação do usuário em mecanismo competitivo de escolha de fornecedor único.

A adoção de múltiplas credenciadas busca ampliar a aderência da solução às necessidades concretas dos beneficiários, considerando diferenças de rede conveniada, cobertura territorial, usabilidade dos meios de pagamento, canais de atendimento e experiência de utilização, preservando-se, ao mesmo tempo, a isonomia entre as empresas credenciadas, mediante regras uniformes de habilitação, execução, fiscalização e remuneração.

Não obstante a preservação da escolha individual do beneficiário, a Administração não adotará sistemática de escolha mensal, mas sim ciclos anuais de opção, com janela inicial de manifestação e janelas periódicas de reopção. Tal definição decorre de razões de ordem jurídica, administrativa e operacional.

Sob o aspecto administrativo, a escolha mensal geraria elevada complexidade de gestão, com necessidade contínua de processamento de alterações cadastrais, reparametrização de bases, conciliação entre vínculos funcionais e operadoras, tratamento de saldos residuais, controle de emissão e substituição de cartões, apuração de cargas, conferência de relatórios e reproprocessamento frequente da folha operacional do benefício. Esse cenário aumentaria significativamente o risco de inconsistências, atrasos, duplicidades, glosas, divergências de carga e falhas na fiscalização contratual.





Sob o aspecto operacional, a adoção de ciclos anuais confere estabilidade mínima de execução, permitindo que a Administração, os beneficiários e as credenciadas atuem com maior previsibilidade quanto ao processamento das cargas, ao atendimento, à manutenção da rede conveniada, à gestão dos cartões e à conciliação mensal dos valores efetivamente disponibilizados. A permanência mínima por ciclo também reduz o custo transacional do modelo e evita rotatividade excessiva sem ganho proporcional ao interesse público.

Sob o ponto de vista do usuário, a solução anual equilibra dois valores relevantes: de um lado, preserva a liberdade de escolha individual; de outro, evita que o beneficiário seja compelido a realizar nova escolha a cada mês, o que poderia gerar insegurança, fadiga operacional e descontinuidade na fruição do benefício. Desse modo, a opção individual produzirá efeitos por período determinado, com possibilidade de reavaliação em janela anual previamente divulgada.

A manutenção de janelas anuais de reopção não impede o caráter permanentemente aberto do credenciamento. Novas empresas poderão ingressar a qualquer tempo, desde que preencham os requisitos previstos, permanecendo aptas a atender novos beneficiários e demais hipóteses admitidas no instrumento convocatório, bem como a participar plenamente do ciclo ordinário seguinte. Assim, preserva-se simultaneamente a abertura do credenciamento, a competitividade por qualidade percebida pelo usuário e a governança administrativa do sistema.

Para resguardar a continuidade e a adequação da prestação, o modelo também admitirá hipóteses excepcionais de reopção fora do ciclo anual, em situações objetivamente definidas no Termo de Referência, como descredenciamento, perda relevante de rede, falha grave ou reiterada na prestação, descumprimento contratual ou circunstância superveniente que comprometa o atendimento adequado ao beneficiário.





Por essas razões, conclui-se que a solução de credenciamento com livre escolha individual do beneficiário, estruturada em ciclos anuais de opção e reopção, mostra-se a alternativa mais adequada para conciliar:

- a) conformidade com o regime jurídico do credenciamento;
- b) ampliação da liberdade de escolha do usuário;
- c) manutenção de pluralidade de empresas aptas;
- d) viabilidade administrativa e operacional da execução; e
- e) eficiência na fiscalização, na conciliação e na gestão do benefício.

7. Estimativa do valor da contratação e metodologia

Considerando que o valor do benefício é definido em legislação municipal específica e que a taxa de administração adotada como parâmetro máximo admissível é de 0%, o valor estimado da contratação corresponde, essencialmente, ao montante financeiro anual projetado para os créditos de auxílio-alimentação a serem disponibilizados aos beneficiários durante a vigência contratual.

Nesse sentido, o quantitativo estimado inicial de beneficiários do auxílio-alimentação, na modalidade cartão eletrônico/magnético com chip, é de 2.491 (dois mil, quatrocentos e noventa e um) servidores/empregados públicos, com projeção mensal de créditos no valor de R\$ 1.544.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil reais), conforme memória de cálculo constante dos autos, assim distribuída:

- a) 1.616 beneficiários, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que receberão o benefício obrigatoriamente por meio de cartão eletrônico/magnético com chip, correspondendo à estimativa mensal de R\$ 994.000,00;
- b) até 875 beneficiários, correspondentes à projeção estimada de adesão de até 15% dos servidores aptos a optar pela migração da percepção do benefício da modalidade pecúnia para a modalidade cartão





eletrônico/magnético com chip, perfazendo a estimativa mensal de R\$ 550.000,00.

A estimativa acima possui caráter meramente referencial, foi elaborada com base no quantitativo atual de beneficiários obrigatórios e na projeção de adesão dos beneficiários facultativos, e poderá sofrer variação ao longo da execução contratual, sem gerar obrigação de consumo mínimo pela Administração.

Considerando a projeção mensal de R\$ 1.544.000,00, a estimativa anual de créditos de auxílio-alimentação a serem disponibilizados corresponde a R\$ 18.528.000,00 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), apurada pela multiplicação do valor mensal estimado por 12 (doze) meses.

Parágrafo opcional, se couber ao seu caso:

O valor acima refere-se exclusivamente aos créditos do benefício a serem disponibilizados aos beneficiários, não abrangendo eventual taxa de administração, emissão, reemissão, entrega de cartões ou outros custos acessórios, os quais, se existentes, deverão constar expressamente da estimativa global da contratação.

7.1. Metodologia sugerida (memória de cálculo)

Preencher os campos do TR e do processo com a memória de cálculo:

- Q = quantidade média mensal estimada de beneficiários ativos (mês base).
- V = valor mensal do benefício por beneficiário (conforme legislação municipal e atos de RH).
- M = número de meses de vigência estimada (ex.: 12).
- Valor estimado do período = $Q \times V \times M$.





- Se houver previsão de variação (novos beneficiários, reajustes legais), registrar premissas e anexar histórico (últimos 12 meses).

7.2. Fontes recomendadas para estimativa e validação

- Folha de pagamento/recursos humanos (quantitativo de beneficiários e valores efetivamente pagos nos últimos meses).
- Extratos/relatórios do fornecedor atual (quando disponíveis) e conciliações internas.
- Contratações similares em outros entes (PNCP e portais oficiais) para checar parâmetros de rede, SLAs e cláusulas de risco (não para preço do benefício, que é definido em norma municipal).

7.3. Observação sobre pesquisa de preços

Fica expressamente vedada a adoção de taxa negativa, bonificações, rebates ou qualquer forma de remuneração indireta ao Município, em consonância com o regramento aplicável ao benefício.

7.3.1 Pesquisa da taxa

Para fins do art. 23 da Lei 14.133/2021, foi realizada pesquisa de mercado no PNCP, mediante consulta a contratações e instrumentos congêneres (TRs/Editais/Chamamentos) voltados à administração e gerenciamento de auxílio/vale-alimentação por cartão eletrônico/magnético com chip. A amostra abaixo evidencia a prática recorrente de adoção de taxa de administração igual a 0% (zero por cento) ou referência equivalente, em diferentes entes e modelos de contratação.



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

Fonte (PNCP) – Documento	Órgão/Entidade	Instrumento	Taxa de administração	Observação
01-EDITAL PE-3-2026 – VALE ALIMENTAÇÃO	Prefeitura Municipal de Augusto Pestana/RS	Pregão Eletrônico nº 3/2026	0,00%	O edital registra que 0,00% é a referência, mas o portal pode exigir 0,01% apenas como “valor de cadastro”.
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2025	Câmara Municipal de Governador Valadares/MG	Chamamento Público nº 001/2025	0%	O próprio chamamento descreve taxa “fixa, zero”.
2. Termo de Referência (CRBM-5)	Conselho Regional de Biomedicina – 5ª Região (CRBM-5)	TR (contratação o de VA/VR)	0,00%	Declara que o “preço da prestação de serviços deverá ser 0,00%... corresponde à taxa...”.



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

termodereferenciaVA_modelo (CRBM-5)	Conselho Regional de Biomedicina – 5ª Região (CRBM-5)	TR (modelo)	0,00%	Reforça o mesmo padrão do TR anterior (bom como “referência de redação”).
19 TERMO DE REFERÊNCIA	Prefeitura Municipal de Carandaí/MG	TR (credenciamento/serviço de VA)	0%	Expressa “alíquota de taxa de administração de 0% (zero por cento)”.
Anexo I – Termo de Referência	Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna/SP	TR (credenciamento)	0%	Traz referência explícita a “taxa 0% de administração” no contexto do benefício.
Termo de Referencia Auxílio Alimentação assinado	(Documento não traz cabeçalho de órgão nas 1ªs linhas)	TR assinado	0% (máxima admissível)	“taxa máxima admissível = 0%”.





À vista da pesquisa PNCP acima, observa-se prática administrativa recorrente de adoção de taxa de administração igual a 0% (zero por cento) em contratações congêneres. Assim, fixa-se como parâmetro taxa máxima admissível = 0%, vedadas taxa negativa/rebate e formas indiretas de remuneração ao ente, nos termos da Lei 14.442/2022.

8. Parcelamento, lotes e estratégias de contratação

O objeto é uno quanto à padronização dos requisitos técnicos, operacionais e de fiscalização, não se recomendando parcelamento por itens ou lotes. Todavia, por força da modelagem de credenciamento prevista no art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a contratação simultânea de múltiplas credenciadas, na medida da escolha individual dos beneficiários, sem fracionamento competitivo do objeto.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Pretende-se, com a contratação, alcançar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência administrativa, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, maior aderência da solução ao interesse público e fortalecimento da governança da execução contratual.

9.1. Resultados pretendidos sob a perspectiva da Administração

- a) **assegurar continuidade, regularidade e pontualidade** na disponibilização mensal do auxílio-alimentação aos beneficiários, com redução do risco de interrupções, atrasos de carga e falhas operacionais;
- b) **eleva a eficiência administrativa** da gestão do benefício, com padronização de rotinas, redução de retrabalho, melhoria da conciliação das cargas, maior previsibilidade operacional e simplificação do relacionamento entre Administração, beneficiários e credenciadas;





- c) **ampliar a capacidade de fiscalização contratual**, mediante exigência de relatórios gerenciais, trilhas de auditoria, registros de processamento, indicadores de desempenho e mecanismos verificáveis de controle da execução, permitindo medição objetiva, ateste qualificado e pagamento vinculado à efetiva disponibilização dos créditos;
- d) **incrementar a integridade do modelo de contratação**, com regras claras de habilitação, homologação operacional, escolha, reopção, migração, fiscalização, tratamento de incidentes e proteção de dados pessoais, reduzindo assimetrias informacionais e fortalecendo a segurança jurídica do processo;
- e) **promover economicidade em sentido amplo**, não apenas pela observância da taxa de administração fixada e das condições padronizadas de contratação, mas também pela redução de custos administrativos indiretos, glosas, inconsistências operacionais, demandas repetitivas ao RH e esforços corretivos de processamento;
- f) **produzir informações gerenciais úteis à tomada de decisão**, inclusive quanto ao comportamento de uso da solução, estabilidade operacional, cobertura da rede, qualidade do atendimento e nível de satisfação dos beneficiários, de modo a subsidiar aperfeiçoamentos futuros do modelo.

9.2. Resultados pretendidos sob a perspectiva dos beneficiários

- a) **assegurar maior aderência da solução às necessidades reais dos servidores e empregados públicos**, por meio da possibilidade de escolha individual, em ambiente institucional controlado, entre credenciadas previamente habilitadas, aptas e homologadas pela Administração;
- b) **dar voz qualificada aos beneficiários no processo de seleção da solução que efetivamente utilizarão**, sem afastar o protagonismo decisório da





Administração na definição dos requisitos mínimos, das condições padronizadas, dos controles de integridade, dos critérios de habilitação e da fiscalização contratual;

c) **valorizar a experiência do usuário** como elemento relevante de qualidade da contratação, reconhecendo que aspectos como usabilidade do aplicativo, estabilidade da plataforma, capilaridade da rede credenciada, qualidade do suporte, facilidade de consulta de saldo, acessibilidade dos canais e previsibilidade do serviço impactam diretamente a efetividade do benefício;

d) **estimular concorrência por desempenho entre as credenciadas aptas**, na medida em que a permanência e expansão de sua base de beneficiários dependerá, em ambiente isonômico e regrado, da qualidade percebida, da confiabilidade operacional e da aderência da solução às necessidades dos usuários, e não de exclusividade artificial ou mera captura institucional;

e) **reduzir a dissociação entre a contratação formal e a utilidade prática da solução**, aproximando a modelagem contratual da realidade de uso do benefício e favorecendo, assim, maior satisfação, melhor aceitação do modelo e menor resistência operacional na implantação.

9.3. Resultados pretendidos quanto à governança, legitimidade e melhoria contínua

a) **conferir maior legitimidade material à contratação**, ao permitir que a escolha individual do beneficiário ocorra dentro de um universo previamente validado pela Administração, em vez de impor solução única sem consideração suficiente das diferenças de perfil, localização, hábitos de consumo e experiência de uso;

b) **conciliar interesse público e autonomia do usuário**, mediante arranjo em que a Administração mantém o controle sobre os requisitos essenciais, os





parâmetros de segurança, a finalidade alimentar, a integridade do procedimento e a medição da execução, ao passo que o beneficiário participa da definição da credenciada que melhor atende às suas necessidades concretas;

c) **instituir mecanismo permanente de escuta e retroalimentação**, recomendando-se que a Administração utilize pesquisas periódicas de satisfação, monitoramento de reclamações, análise de incidentes e acompanhamento da evolução da rede para aperfeiçoar, ao longo da vigência contratual e nos ciclos posteriores, os requisitos técnicos e operacionais da contratação;

d) **fortalecer a cultura de serviço orientada ao usuário**, sem desnaturar o regime jurídico-administrativo da contratação, reconhecendo que a efetividade do auxílio-alimentação depende não apenas da contratação formal da solução, mas também de sua aceitação, funcionalidade prática e capacidade de atender satisfatoriamente aos beneficiários.

9.4. Síntese dos resultados almejados

Em síntese, pretende-se que a contratação entregue, de forma simultânea e equilibrada:

- i) segurança jurídica e aderência normativa;
- ii) continuidade e regularidade operacional;
- iii) maior capacidade de fiscalização e auditabilidade;
- iv) economicidade administrativa em sentido amplo;
- v) protagonismo institucional da Administração na definição das regras; e
- vi) participação qualificada dos beneficiários, por meio de escolha individual regradada, como instrumento de aderência, legitimidade e melhoria da qualidade da solução contratada.



10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Desenvolvimento junto a SETEC para:

- parametrização do RH para recepção e processamento de escolhas individuais;
- ambiente eletrônico ou formulário institucional para registro de opção;
- rotina de onboarding de novos beneficiários;
- procedimento anual de reopção e migração.

11. Matriz de riscos (exemplo inicial)

Escala sugerida: Probabilidade (P) e Impacto (I) em Baixo/Médio/Alto; Nível = combinação qualitativa (Baixo/Médio/Alto). Ajustar conforme metodologia interna do Município.

ID	Risco	Causa	P	I	Nível	Tratamento	Responsável e gatilho
R1	Processo de seleção contestado (isonomia)	Campanha indevida/assimetria	M	A	Alto	Regras e fiscalização; logs; sanções	SMAGP/CI/SET EC; denúncias
R2	Indução de seleção/brindes	Oferta de vantagem	M	A	Alto	Vedação absoluta; canal denúncias; penalidades	SMAGP/CI; evidências
R3	indisponibilidade app/sistema	Infra insuficiente	M	M	Médio	SLA 98%; contingência; multas	Contratada; disponibilidade <98%
R4	Atraso no crédito mensal	Falha processamento/repasse	M	A	Alto	Testes; conciliação; prazo 24h; multa	Contratada/RH; cargas fora do prazo

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

R5	Desvio de finalidade	Bloqueios fracos (MCC)	B	A	Médio	Controles de finalidade por MCC / categoria e demais bloqueios transacionais, com testes, auditoria e sanções.	Contratada/Fiscal; transações vedadas
R6	Rede abaixo do mínimo	Descredenciamentos	M	M	Médio	Planilha e diligência; recomposição; sanções	Contratada/Fiscal; amostra negativa
R7	Violação LGPD	Uso/compartilhamento de dados	B	A	Médio	Cláusulas; auditoria; notificar 48h	Contratada/DPO; incidentes
R8	Falha plataforma de escolha	Erro/ataque/instabilidade	B	A	Médio	Testes de carga; monitorar; plano B	SETEC; instabilidade
R9	Base de beneficiários inconsistente	Cadastro desatualizado	M	M	Médio	Saneamento; validação mensal	RH/SETEC; divergências
R10	Impugnação	Proporcionali-	M	A	Alto	Motivar	Planejamento/



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

	o por requisitos	dade insuficiente				tecnicamen te a rede mínima, a taxa máxima de 0%, os critérios de homologaç ão operacional , as janelas anuais de opção/reop ção e as hipóteses de vinculação contingenci al do empregado público omisso.	AJ; impugnações
R11	Recusa em estabelecim entos	Problema operacional	M	M	Médio	Tratar reclamaçõe s; recompor rede	Contratada/Fi scal; aumento reclamações
R12	Conciliação financeira falha	Relatórios insuficientes	M	M	Médio	Checklist mensal; trilhas	Gestor/Fiscal; divergências
R13	Múltiplos	Fragmentaçã	M	M	Médio	Definir	SMAGP;





	fornecedore s	o administrativ a				regras claras de migração, janelas anuais de reopção, tratamento de saldos residuais, integração cadastral e monitorame nto de desempenh o por credenciad a.	quedas KPI
R14	Fraudes internas	Segregação fraca	B	A	Médio	Segregação ; auditoria interna	SMAGP/CI; achados
R15	Descontinui- dade do fornecedor	Insolvência/ ruptura	B	A	Médio	Cláusulas; plano de transição	SMAGP; alertas mercado

12. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação pretendida possui natureza predominantemente digital e, portanto, tende a apresentar **baixa materialidade ambiental direta**, quando comparada a contratações com fornecimento intensivo de bens físicos, logística pesada ou consumo relevante de insumos materiais. Ainda assim, identificam-se impactos ambientais indiretos que devem ser reconhecidos e





tratados de forma proporcional.

12.1. Possíveis impactos ambientais

- a) emissão física de cartões, inclusive primeiras vias, segundas vias, substituições por perda, dano, vencimento ou atualização tecnológica;
- b) utilização de embalagens, materiais acessórios e eventuais impressos de orientação aos beneficiários;
- c) logística de entrega e redistribuição de cartões, com deslocamentos e geração associada de resíduos e emissões;
- d) descarte de cartões inutilizados, vencidos, cancelados ou substituídos, especialmente quando compostos por plástico e chip eletrônico;
- e) eventual aumento pontual de consumo energético decorrente do uso de plataformas digitais, aplicativos, centrais de atendimento e rotinas de processamento, embora em nível ordinariamente reduzido para esse tipo de solução.

12.2. Medidas mitigadoras recomendadas

- a) priorização de **comunicações, manuais, extratos e orientações em formato digital**, reduzindo impressões, encartes e materiais físicos de apoio;
- b) estímulo ao uso de **aplicativo, portal eletrônico e canais digitais de atendimento**, com redução de deslocamentos e de demandas presenciais desnecessárias;
- c) previsão contratual de que as credenciadas adotem, sempre que tecnicamente viável, **boas práticas de gestão ambiental** na emissão, substituição e entrega de cartões, com racionalização de materiais e de remessas;





- d) previsão de **procedimentos de recolhimento, descarte ambientalmente adequado ou logística reversa** para cartões inutilizados, vencidos ou substituídos, quando aplicável e operacionalmente viável, observadas as práticas do setor e a proporcionalidade com o objeto;
- e) incentivo à **redução de segundas vias evitáveis**, mediante melhoria da qualidade dos materiais, orientação adequada ao usuário e disponibilização de canais digitais que minimizem erros cadastrais e demandas repetitivas;
- f) preferência, quando compatível com a solução ofertada e sem prejuízo da competitividade, por práticas e recursos que contribuam para **menor consumo de materiais físicos**, maior digitalização do relacionamento com o usuário e melhor rastreabilidade do ciclo de vida dos cartões.

12.3. Conclusão sobre impactos ambientais

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são **limitados e mitigáveis**, não constituindo óbice à sua implementação. Recomenda-se, contudo, que o Termo de Referência e a execução contratual incorporem as boas práticas acima descritas, de modo a compatibilizar a solução escolhida com parâmetros proporcionais de sustentabilidade, redução de resíduos e racionalização do uso de recursos materiais.

13. Implantação e gestão do contrato

13.1. Providências prévias à contratação

- Definir e validar: (i) quantitativo de beneficiários (Q), (ii) valor do benefício (V), (iii) vigência contratual (M meses) e (iv) dotação orçamentária.
- Produzir minuta do edital de credenciamento e minuta do contrato/instrumento, com regras do processo de seleção e reopção, integridade e LGPD.





- Definir e testar o ambiente institucional de opção dos beneficiários, eletrônico ou formulário padronizado, com autenticação, registro auditável das escolhas e reescolhas, perfis de acesso, trilhas de auditoria e rotinas de guarda e proteção de dados.
- Designar formalmente gestor e fiscal, com segregação de funções e plano de fiscalização (rotina mensal).

13.2. Plano de implantação e transição

Embora o objeto tenha natureza predominantemente digital, a contratação pode gerar impactos ambientais indiretos relacionados à emissão física de cartões, segundas vias, materiais de apoio e logística de entrega.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- a) priorização de comunicações e extratos em meio digital;
- b) estímulo ao uso de aplicativo e portal, reduzindo impressões e atendimento presencial desnecessário;
- c) previsão de destinação ambientalmente adequada para cartões inutilizados, vencidos ou substituídos, quando tecnicamente viável;
- d) adoção de rotinas de redução de materiais físicos de divulgação.

Caso a Administração entenda que os impactos ambientais são de baixa materialidade, isso deve ser registrado expressamente, com a indicação das boas práticas mínimas acima.

As escolhidas pelos servidores devem apresentar Plano de Implantação em até 10 dias da convocação, contemplando cronograma de emissão/entrega, treinamento do RH, testes operacionais e validação de arquivo de carga.

Mesmo sem exigência de transição obrigatória, recomenda-se definir: (i) mês de corte para migração; (ii) plano de contingência para garantir continuidade





do benefício; e (iii) janela de estabilização dos primeiros 60 dias.

13.3. Modelo de fiscalização, indicadores e SLAs

Indicadores mínimos sugeridos (monitoramento mensal):

- Disponibilidade do sistema (% mensal) e tempo de indisponibilidade.
- Taxa de sucesso de cargas (sem inconsistências) e volume de ajustes/estornos.
- Tempo médio de atendimento ao beneficiário e ao RH; resolutividade no primeiro contato.
- Evolução da rede credenciada (inclusões/exclusões) e aderência ao mínimo local/regional.
- Incidentes de segurança/LGPD e tempo de resposta.

13.4. Medição e pagamento

A medição e o ateste do ciclo mensal ocorrerão com base na comprovação da efetiva disponibilização dos créditos, relatórios de processamento, conciliação e cumprimento dos SLAs; somente após esse ateste haverá liquidação e pagamento.

14. Conclusão, declaração de viabilidade e próximos passos

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação da **Solução B**, consistente no **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na administração, gerenciamento, emissão e operacionalização do auxílio-alimentação, com contratação das credenciadas aptas e homologadas que vierem a ser escolhidas individualmente pelos beneficiários**, revela-se, em tese, a alternativa **mais adequada, tecnicamente viável, operacionalmente executável e administrativamente compatível** com a necessidade pública identificada.





A solução mostra-se adequada porque concilia, de um lado, a competência da Administração para definir requisitos mínimos, controles de finalidade, critérios de habilitação, condições padronizadas de execução, fiscalização, integridade, LGPD e pagamento vinculado à efetiva disponibilização dos créditos; e, de outro, a conveniência de permitir que o beneficiário exerça **escolha individual regrada** entre credenciadas previamente validadas, o que tende a ampliar a aderência prática da solução, a satisfação dos usuários e a pressão concorrencial por melhor desempenho.

Também se conclui que o modelo proposto é compatível com a lógica do credenciamento em cenário de **contratação paralela e não excludente**, desde que o processo discipline com clareza, no Termo de Referência e no edital, as regras de habilitação, homologação operacional, escolha, permanência mínima, reopção, migração, ausência de garantia de demanda mínima por credenciada, fiscalização, medição, tratamento de incidentes e proteção de dados pessoais.

A adequação da contratação está ainda condicionada à suficiente instrução do processo com os elementos probatórios e operacionais pertinentes, em especial:

- i) quantitativos, memória de cálculo e valor estimado da contratação;
- ii) motivação expressa dos requisitos técnicos adotados, especialmente quanto aos mecanismos de restrição de finalidade alimentar, rede credenciada mínima, indicadores de desempenho e SLAs;
- iii) disciplina detalhada do fluxo de escolha individual, reopção e migração dos beneficiários;
- iv) definição do modelo de fiscalização, medição e ateste, com pagamento condicionado à comprovação da efetiva disponibilização dos créditos;
- v) consolidação da matriz de riscos e das providências administrativas prévias





De acordo:

Nome: Marnei Luchtenberg

Matrícula: 2677501

Função: Diretor Executivo de Administração

Datado e assinado digitalmente.

